

Uma análise geopolítica da agenda ambiental brasileira: a incongruência entre discurso internacional e exploração de recursos naturais no Brasil.

Chagas, Rodolfo Pereira – FEBASP – rodolfo.chagas@belasartes.br

Godoy, Luciene Patrícia Canoa de – FEBASP – luciene.godoy@belasartes.br

Resumo

O comprometimento com a causa ambiental no Brasil tem sido apresentado internacionalmente como um componente central das políticas públicas brasileiras, com o objetivo de alçar o país à posição de “construtor de pontes” no cenário internacional quando o assunto é a questão ambiental. A intenção é a de projetar o Brasil como um ator comprometido com a causa, dando ênfase à proteção da Amazônia, à descarbonização e a ampliação de fontes renováveis de energia.

Esse posicionamento diplomático enfatiza a participação de energias limpas na matriz elétrica nacional e o potencial estratégico do Brasil na agenda climática global. Entretanto, no âmbito nacional, observa-se a permanência e, em alguns setores, a expansão de práticas extrativas no território, como a exploração de petróleo, a mineração e o avanço do agronegócio, evidenciando a continuidade de um padrão de desenvolvimento baseado na exploração de recursos naturais.

A pergunta norteadora do presente artigo é como a incongruência entre narrativa ambiental internacional e as estratégias internas de uso do território podem afetar a imagem internacional do país. A partir do enfoque da Geografia Política, analisa-se essa contradição como fenômeno territorial e geopolítico, no qual disputas por recursos estratégicos e reposicionamentos no sistema internacional coexistem com dinâmicas extrativas. Pretende-se evidenciar que o processo de transição energética é utilizado como forma de projeção internacional de poder, sem romper com o modelo extrativo vigente, de forma a consolidar no país uma prática de complementação energética e não de transição. Metodologicamente, adota-se análise qualitativa de documentos oficiais e revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Transição energética; Complementação Energética; Amazônia; Diplomacia Ambiental.

Introdução

A Amazônia brasileira sempre foi vista, na perspectiva da geografia política, como um espaço a ser defendido dos interesses internacionais. A grande quantidade de recursos naturais e biológicos despertou e ainda desperta, a cobiça de Estados e empresas, exigindo que o país promova ações que assegurem sua soberania na região. Ao longo do tempo, diversas medidas foram adotadas para assegurar a defesa dos interesses brasileiros na Amazônia, dentre as quais pode-se destacar a construção de uma imagem internacional, por parte do Brasil, de um grande defensor do meio ambiente. A Amazônia, a matriz energética brasileira, a diversidade de biomas, dentre outros, ajudaram a

consolidar essa imagem, que passou a ser explorada pela diplomacia brasileira. Assim, nas últimas décadas, o Brasil tem reafirmado, nos fóruns internacionais, um discurso ambiental centrado na defesa e preservação da Amazônia, na transição energética, na ampliação de fontes renováveis e no compromisso com metas climáticas globais. Em conferências multilaterais, negociações climáticas e fóruns diplomáticos, o país reivindica protagonismo na agenda ambiental, destacando a participação de energias renováveis em sua matriz elétrica, a experiência com biocombustíveis e o potencial estratégico de seus recursos naturais para a descarbonização global, comprometendo-se com metas climáticas ousadas, sugerindo programas e ações globais, dentre outros comportamentos. Essa construção discursiva projeta o Brasil como liderança ambiental no Sul Global e como ator capaz de articular desenvolvimento econômico e responsabilidade climática, ou seja, um “construtor de pontes”.

Entretanto, paralelamente a essa narrativa, os indicadores ambientais do país indicam que a Amazônia continua sendo desmatada e sofrendo com as queimadas. Adicionalmente, as ações governamentais intensificam as práticas de exploração de recursos naturais no território nacional, como foi o caso envolvendo as reservas de petróleo na margem equatorial brasileira. O embate entre o Ministério do Meio Ambiente e o de Minas e Energia, bem como as falas e posicionamentos do presidente Lula materializam essa incongruência entre a imagem internacional e as ações nacionais.

Diante desse quadro, o artigo pretende analisar a incongruência entre o discurso ambiental brasileiro e as práticas territoriais associadas à exploração de recursos naturais. Questiona-se em que medida a transição energética, enquanto narrativa diplomática e instrumento de política externa, coexiste com a manutenção de estratégias extrativas características do modelo econômico brasileiro que reconfiguram o território e produzem impactos socioambientais.

O objetivo do trabalho é analisar essa contradição a partir do enfoque da Geografia Política, compreendendo-a como fenômeno territorial e geopolítico. Parte-se da premissa de que a transição energética não se limita à substituição de fontes energéticas, mas envolve reformulação do modelo econômico do país, disputas por controle de recursos, reorganização de infraestruturas e redefinição de escalas de poder. Justifica-se, assim, a adoção da Geografia Política como perspectiva analítica capaz de articular discurso, política externa e práticas espaciais, evidenciando como o território se torna espaço estratégico de mediação entre ambições climáticas e interesses econômicos.

O artigo está dividido em três seções. Na primeira, pretende-se analisar o discurso ambiental como estratégia geopolítica. Serão analisados alguns pronunciamentos internacionais, algumas propostas apresentadas nas COPs e ações do Brasil na concertação internacional com propósito de defesa da Amazônia, como é o caso da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o Fundo de Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) e a Opep das Florestas.

A segunda seção tem por objetivo discorrer sobre as práticas exploratórias de recursos naturais no Brasil, bem como as ações que prejudicam o meio

ambiente, notadamente a Amazônia, e que se distanciam do discurso internacional. As atividades de mineração (muitas delas realizadas na Amazônia), o agronegócio e a flexibilização do Código Ambiental brasileiro (PL da Devastação), que entrou em vigor no início de 2026, dentre outras, servem de eixo norteador para se entender de que forma, do ponto de vista territorial e econômico, a matriz econômica brasileira é dependente deste modelo extrativista.

Por fim, na terceira seção, a incongruência entre o discurso internacional e as práticas nacionais são analisadas à luz da geografia política, utilizando-se para isso o conceito de poder e de projeção de poder.

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, o artigo utiliza a análise qualitativa de documentos oficiais e a revisão bibliografia clássica da geografia política. Adicionalmente, são utilizados dados produzidos por institutos oficiais com IBGE, INPE, dentre outros.

Análise dos Resultados

O objetivo é realizar um cruzamento de dados entre palavras-chaves utilizadas nos discursos internacionais e os dados produzidos pelos institutos oficiais, a fim de verificar a distância entre o discurso e as práticas adotadas no país.

Considerações Finais

Há uma distância entre os discursos ambientais e propostas brasileiras nos fóruns ambientais e a condução interna de políticas ambientais. Acredita-se, de forma ainda preliminar, que tal diferença é sustentada pela baixa das práticas adotadas no país, o que faz com que elas sejam pouco divulgadas internacionalmente, mantendo assim a incongruência entre o discurso e a prática da política ambiental brasileira.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade e conflitos ambientais no Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 33, n. 90, p. 1-17, 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia, geopolítica e políticas ambientais no Brasil contemporâneo. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 24, n. 57, p. 7-25, 2021.

BARROS, Juliana; HAESBAERT, Rogério. Território, poder e discurso ambiental no Brasil. *Revista Terra Livre*, São Paulo, v. 2, n. 55, p. 112-130, 2021.

BECKER, Bertha K. A urbe amazônica: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Plano Decenal de Expansão de Energia 2033. Rio de Janeiro: EPE, 2023.

GUDYNAS, Eduardo. Transições energéticas e alternativas ao desenvolvimento na América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 33-52, 2021.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HURRELL, Andrew; SENGUPTA, Sandeep. Emerging powers, North–South relations and global climate politics. *International Affairs*, Oxford, v. 88, n. 3, p. 463-484, 2018.

LEFF, Enrique. Ecologia política: uma perspectiva latino-americana. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *International Affairs*, Oxford, v. 82, n. 1, p. 21-40.

MME – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Balanço Energético Nacional 2024. Brasília: MME, 2024.

RODRIGUES, Jéssica; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Transição energética e neoextrativismo no Brasil: permanências estruturais. *Revista GEOgraphia*, Niterói, v. 24, n. 52, p. 1-20, 2022.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; MILANEZ, Bruno. A construção do consenso extrativista no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 36, n. 105, p. 1-18, 2021.

SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

SVAMPA, Maristella. Transição energética ou reconfiguração do extrativismo? Debates latino-americanos recentes. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 295, p. 40-54, 2022.

VENTURA, Deisy; RIBEIRO, Tatiana. Política climática e contradições do Estado brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1800-1825, 2022.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. Brazil and climate change: beyond the Amazon. *Global Environmental Politics*, Cambridge, v. 18, n. 3, p. 90-109, 2018.

ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola. Extractivismo, violência e disputas territoriais na América Latina. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 63, n. 2, p. 1-19, 2020.